

FMI: mesma base para México e Brasil

MILANO LOPES

Da sucursal de Brasília

A renegociação de setembro já está definida: o piso serão as condições que forem acertadas para a dívida mexicana, no decorrer deste mês, assim como o piso para a renegociação mexicana de 1986 poderá ser a negociação que se produzir com o Brasil, este ano. Essa decisão, tomada em conjunto pelos principais ban-

A renegociação mexicana, que começa agora e deverá prolongar-se até agosto, vai diferenciar-se da negociação do ano passado em alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, é quase certo que haverá "um reescalonamento sobre uma base plurianual compatível com as perspectivas financeiras mexicanas a médio prazo", conforme salienta a nota distribuída no dia 5 do corrente pelo comitê consultivo bancário que renegocia a dívida mexicana.

O México está solicitando prazos maiores — 15 anos com 10 de carência — e um reescalonamento alcançando entre três e cinco anos de prazo, além de uma redução drástica nos *spreads* (taxas de risco), *flats* (comissões) e outros encargos que encarecem substancialmente o custo final do dinheiro. Essas condições poderão não só ser estendidas como até melhoradas para o Brasil.

Dentro desse quadro, prevalece na área econômica a convicção de que a pressão institucional, que começou no dia 9 do mês passado, quando o presidente Figueredo protestou contra a elevação das taxas de juros norte-americanas, e prosseguiu com a manifestação dos quatro presidentes — da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México —, dará novo e importante passo com a reunião de Cartagena, nos dias 21 e 22 próximos, com a participação dos chanceleres e ministros das Finanças de Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela; será importante não só para fortalecer essa decisão como para conter qualquer movimento altista das taxas de juros.

cos americanos credores do Brasil, com o estímulo do Federal Reserve, o Banco Central norte-americano, e do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi comunicar ao ministro do Planejamento Delfim Netto, há três meses, quando começaram a surgir os primeiros resultados do programa de ajustamento interno negociado com o Fundo para 1984.

Os ministros da área econômica, e em especial o do Planejamento, Delfim Netto, estão convencidos de que essa pressão institucional já começou a produzir resultados e, provavelmente, sem ela os países devedores já estariam pagando uma taxa de juros mais elevada. Ela é importante para formar, entre os credores, a consciência de que são graves as preocupações dos devedores, e que há limites para as políticas de ajustamento, mas não é decisiva para o estabelecimento dos parâmetros da renegociação.

Ajustamento

O ministro do Planejamento está convencido de que o que vai prevalecer, na hora da renegociação, é a capacidade do País de obter êxito em sua política de ajustamento. No caso brasileiro, o chefe da Seplan exalta os resultados obtidos em dois critérios de performance essenciais: o superávit da balança comercial e, portanto, a redução do déficit em contas correntes do balanço de pagamentos, na frente externa, e os êxitos no controle do déficit do setor público, na frente interna.

A inflação e a política monetária são critérios de performance também importantes, porém, na medida em que seu descontrole afete o comportamento do déficit público. O governo continuará fazendo esforços no sentido de conter o processo inflacionário e manter, nos níveis acertados, a variação dos saldos dos principais indicadores de política monetária, como os meios de pagamento e a base monetária, mas não perseguirá esses objetivos de forma obsessiva.

Limites da Cartagena

Quando seguirem para Cartagena, para a reunião do dia 21 e 22 próximos, os ministros Saraiva Guerreiro e Ernane Galvêas levarão um esboço de declaração final, o qual estabelece os limites da intervenção da pressão institucional no processo de renegociação da dívida. O documento final, segundo o ponto de vista brasileiro, tratará basicamente de exortar os países credores a assumir a consciência das dificuldades dos países devedores; recriminará as políticas que induzem o crescimento das taxas de juros e o protecionismo, e afirmará que, sem uma redução do custo dos empréstimos financeiros internacionais e o desbloqueio do comércio internacional, os países devedores terão de enfrentar graves crises sociais para atravessar a tormenta.

Não haverá, portanto, reivindicações específicas sobre como conduzir o processo de renegociação, nem propostas concretas de redução da taxa de juros ou outros mecanismos de alívios, como a capitalização total ou parcial dos juros.

Evitar-se-á também, qualquer compromisso de engajamento num esquema coletivo de renegociação, mantendo o Brasil o princípio de que a negociação é essencialmente bilateral e variará em função da performance que cada devedor apresentar de sua política de ajuste interno.

Para o Brasil isso é importante, justamente para evitar que países que não fizeram um esforço suficiente para ajustar-se, ou mesmo não fizeram nenhum esforço, venham a receber o mesmo tratamento dado aos países que, mesmo a altos custos sociais e políticos, promoveram ajuste interno.

Estará presente, também, nas preocupações do governo, conforme a avaliação do ministro do Planejamento, a idéia de que a pressão institucional não deve, em nenhuma hipótese, servir de argumento ou pretexto para afrouxamento da política de ajuste interno. Nesse sentido, a Seplan está convencida de que, sejam quais forem as consequências do encontro de Cartagena, nenhuma alteração sofrerá a estratégia montada

e que vem sendo tocada pela área econômica.

Solidariedade

Com sua presença em Cartagena, o Brasil estará, ao mesmo tempo em que reforçando uma pressão institucional em favor da baixa dos juros e do desbloqueio do comércio mundial, assumindo, uma vez mais, seu tradicional papel de solidário continental, sobretudo com os países de economia menos desenvolvida, tanto ao Norte como ao Sul do continente.

Essa solidariedade, contudo, tem seus limites fixados no interesse nacional do Brasil em renegociar sua dívida em função de caracteres específicos de sua condição de devedor. Desse modo, se, eventualmente, algum ou alguns dos participantes insistirem em teses iguais ou parecidas à moratória unilateral, suspensão de pagamentos, fixação de taxas fixas de juros, capitalização de juros etc, a delegação brasileira pedirá desculpas mas não subscreverá nenhuma iniciativa nesse sentido.

Lembra-se, a propósito, que é diversa a situação de devedor dos sete participantes do encontro de Cartagena. Dos sete, apenas dois, o Brasil e o México, obtiveram relativo êxito em seus programas de ajustamento interno; a Argentina começa a negociar agora com o Fundo Monetário Internacional, e sua situação cambial é simplesmente desesperadora.

A Venezuela, que se recusa a negociar sua dívida com o FMI, para não submeter-se a um programa de ajustamento interno, aproveitou a primeira oportunidade que apareceu — no caso, a crise do Oriente Médio — para aumentar os preços do seu petróleo, adquirido até mesmo por seus parceiros de Cartagena, tentativa frustrada pela decisão do Irã de reduzir os preços do seu óleo.

Esses fatos e essas diferenças, na avaliação do ministro da Seplan, demonstram que é preferível uma manifestação genérica dos sete países, em torno de problemas gerais, do que descer às especificidades, onde são tão gritantes as diferenças que dificilmente se chegaria a qualquer entendimento.